

pode liberar –lhe um efeito traumático em função da decepção sofrida. Os varejistas para conquistar a satisfação do consumidor, principalmente a sua frequência de compras mais duradoura, devem construir cenários, onde o cliente se identifique, de maneira social, com o ambiente experiencial varejista.

Referência Bibliográfica

1 FERNANDES, Simome. A importância da comunicação para o varejo: no limiar do ano 2000. In: ANGELO, Cláudio Filisoni de, SILVEIRA, José Augusto Giesbrecht da (Orgs.) Varejo Competitivo. São Paulo: Atlas, 1999.

2 HAMEL, Gary. A obrigação de inovar. São Paulo:

HSM Management, no 31, p.32-40, março-abril 2002.

3 LEONARD, Berry. Serviços de satisfação máxima: guia prático de ação. Rio de Janeiro: Campus, p.10-11, 1996.

PINE II, B. Joseph; GILMORE, James H. the experience economy. São Paulo: Book Summary1/ HSM Management, p.80-97, 2000.

4 ROSA, Tiago Cardoso. Serviços e satisfação. Tese (Doutorado) – Universidad del Museo Social Argentino – Bs.As./Argentina 2002.

5 SHETH, Jagdish N; MITTAL, Banwari; NEWMAN, Bruce I. Comportamento do cliente: indo além do comportamento do consumidor. São Paulo: Atlas, 2001.

# 2003 e o custo Brasil: custo PSDB mais custo PT

por Samuel Costa Filho

Apresentando comportamento semelhante ao da década passada o ano de 2003 foi um ano perdido. O modelo baseado nas normas do Consenso de Washington, que deixou atrás de si uma herança de ingovernabilidade em diversos países da América Latina e que elevou enormemente as fragilidades da economia brasileira foi à fórmula adotada pelos “neoliberais” do Partido dos Trabalhadores.

A posse de Luis Inácio Lula da Silva do PT, que parecia apontar para um ano de mudanças importantes nos rumos da economia brasileira, nesse famigerado modelo, é uma decepção. Principalmente por não ter procurado e nem acenado minimamente com qualquer mudança na nociva política econômica implementada pelos “eficientes” tucanos durante os seus oito anos de (dês)governo. No seu primeiro ano, Lula somente continua a implementar as mudanças que FHC defendeu durante seu mandato.

A existência e diversidade de indicadores econômicos utilizados hoje em dia permitem a cada economista deduções diferentes e ao gosto de cada analista. Em virtude desse fato, a mídia conservadora nativa que somente percebe e se preocupa com a situação do momento presente, procurou durante todo o ano de 2003 ressaltar os resultados da política econômica da ortodoxia financeira de curto prazo. Nessa linha, enfatizou os resultados da política de combate à inflação ressaltando os resultados como um alívio para todos os brasileiros e um prêmio ao esforço da equipe econômica do governo do PT.

Para esse tipo de análise, os bons resultados se refletiram em diferentes indicadores. A bolsa bateu recordes e a inflação foi mantida sobre controle. Os títulos da dívida brasileira atingiram pontos históricos máximos de valorização e o risco Brasil alcançou valores bastante satisfatórios. O investimento estrangeiro

voltou e a cotação do dólar oscilando na faixa dos 2,90 reais não atrapalhou o esforço de exportação nem produziu pressões inflacionárias. Como se percebe, nada de novo em relação aos tempos áureos do governo FHC. Continuaram a raciocinar como nos tempos dos tucanos e a situação é tal que *“voltamos apenas ao quadro de tranqüilidade e otimismo que existia em 2000, antes da crise da Argentina”* (Gambiagi, 2003).

O entusiasmo da imprensa burguesa com a política neoliberal do Governo LULA/PT chegou a tal ponto que a Revista ISTOÉ independente (edição No. 1785) elegeu o ministro da Fazenda, Antônio Palocci Filho o brasileiro do ano. Para a citada revista, o desempenho do “médico” no ano passado mostrou que ele é o craque do time do presidente Lula. Segundo a mesma revista, o empresário Abílio Diniz compartilha da mesma opinião e chegou até a afirmar: “Palocci é a prova de que Deus é brasileiro”.

Diferentemente do apresentado pela mídia, o ano de 2003 terminou com resultados pífios nas áreas econômicas e sociais apesar de todo o discurso e da propaganda do programa Fome Zero. Taxa de crescimento econômico negativa, retração da renda per capita, crescimento do índice de desemprego e deterioração da renda média das classes trabalhadoras e concentração da renda nacional, aumento da exclusão social, maior precarização das relações de trabalho, não instalação de capacidade produtiva nova no país e destinação de uma parcela ainda maior das receitas do estado brasileiro para o pagamento de juros aos especuladores.

O declínio de atividade econômica no primeiro semestre de 2003 levou alguns setores da indústria a amargar níveis de produção semelhantes ou mesmo inferiores aos que apresentavam uma década atrás. No que diz respeito às pequenas empresas as estimativas do Sebrae-SP (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo) sinalizaram que o setor fechou 2003 com uma perda de receita de 10% a

15% em relação a 2002. O resultado é muito ruim se considerar que 2002 também não foi um ano positivo para o setor, que no ano de 2002 já apresentara uma redução de 13% no faturamento.

Por outro lado, o lucro de doze dos maiores bancos do país, nos primeiros seis meses do governo Lula, foi superior ao apresentado durante todos os primeiros semestres dos oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Em 2002, último ano do período FFHH, a União gastou 41,6% do orçamento com o pagamento de amortização e de juros das dívidas. No primeiro ano de governo LULA esses gastos atingiram a 54,6% do orçamento da União. O perfil da dívida pública de quase R\$ 1 trilhão e que absorve mais de R\$ 100 bilhões de juros por ano dos recursos arrecadados de toda a sociedade brasileira na forma de tributos tem servido preferencialmente para engordar o patrimônio dos bancos e dos cotistas dos fundos de investimento, ou seja, garante a rentabilidade das elites desse país.

O desempenho da economia brasileira nos anos liberais do PSDB/PT está levando o país a ficar cada vez mais para trás em relação às maiores economias do mundo. Segundo estudo da consultoria Global Invest (2003), o país deve perder este ano três posições no ranking que mede a soma das riquezas (PIB) dos países e amargar a colocação de 15ª economia mundial. Em 1998, o país ocupava a 8ª posição no ranking, mas nos últimos cinco anos foi ultrapassado por Canadá, Espanha (em 1999); México (em 2001); Coreia do Sul (em 2002). Agora deve perder posições para Holanda, Índia e Austrália. Nesse estudo se constata que o Brasil foi o país que mais perdeu posições no ranking. Embora ressaltando que esse ranking carrega uma dose de imprecisão, assim mesmo ele acaba por refletir o resultado das políticas econômicas medíocres que nossas elites aplicaram nas últimas duas décadas.

O fluxo de investimentos estrangeiros diretos líquidos no país, um

dos pilares do modelo liberal, fez o BC elevar a estimativa dos investimentos no ano de 9,0 bilhões de dólares para 9,6 bilhões de dólares. Acontece que nos onze primeiros meses do ano de 2003, os investimentos diretos totalizaram 8,735 bilhões de dólares, bem inferiores aos 15,064 bilhões de dólares acumulados no mesmo período de 2002.

A taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo oscilou em torno de 20% e passou de 20% em agosto para 20,6% em setembro. Trata-se da maior taxa registrada desde 1985, ano em que a pesquisa SEADE/DIEESE começou a ser realizada. Anteriormente, os maiores resultados haviam sido registrados em abril e maio deste mesmo ano e apontavam uma taxa de desemprego também de 20,6%. Esse aumento elevou o número de desempregados para 2.030 milhões de pessoas na região, o que representa um acréscimo de 193 mil pessoas desocupadas em relação a setembro de 2002. Nunca existiu tanto desempregado em São Paulo. Em um ano de crescimento negativo, o governo logo descartou o "espetáculo do crescimento" anunciado pelo presidente Lula em 2003.

Neste contexto, a principal preocupação do atual governo do presidente Lula foi, não somente resolver as graves questões deixadas pelo governo FHC, mas prioritariamente atender as exigências do mercado, **principalmente o financeiro**, realizando as reformas previdenciária e tributária. De quem será a culpa por um resultado tão medíocre da nossa economia? **Do custo PSDB e do custo PT.**

Como é do conhecimento geral, no início dos anos 90, os conservadores e seus economistas de plantão conseguiram convencer a sociedade que o desenvolvimento econômico brasileiro deveria ser definido em novas bases. Afirmavam que o modelo brasileiro baseado em substituição de importações e financiamento inflacionário do Estado era o único responsável pela crise por que

passava a economia brasileira e sentenciavam que ele estava irremediavelmente esgotado.

Para esse grupo de analistas, o modelo tornou-se predominante na economia brasileira uma multiplicidade de fatores que encareciam a produção e dificultavam o crescimento do país. Dentre esses fatores destacavam: 1) o custo de transporte e infra-estrutura - inexistência de estradas adequadas e estradas esburacadas, linhas ferroviárias obsoletas e portos ineficientes e sucateados onerando o custo de transporte e a exportação de mercadorias; 2) no setor produtivo observavam a existência de uma carga fiscal elevada, juros altos e baixa produtividade de determinados setores, além de custos da mão-de-obra ou das contribuições sociais que encarecem muito os nossos produtos; como também o predomínio de empresas de controle e base familiar. 3) um protecionismo e excesso de privilégios produzindo ineficiência e dificultando o aumento da produtividade e inexistência de competidores à altura; 4) um setor público com excesso de burocracia que tornava os produtos brasileiros menos competitivos, elevados custos financeiros como reflexos da própria política monetária e cambial. Todos esses problemas que atrapalhavam a iniciativa privada e desestimulavam os investimentos receberam a denominação de **CUSTO BRASIL**.

Num contexto cada vez mais globalizado e exposto à concorrência internacional, as elites conservadoras e seus intelectuais afirmavam se fazer necessário elevar a competitividade brasileira a nível internacional baixando o Custo Brasil e equipando os nossos produtores de condições iguais ou até melhores do que os nossos competidores estrangeiros. Dessa forma, o Custo Brasil foi apontado como sendo o grande obstáculo para o crescimento da economia brasileira.

Os contornos desse novo modelo de desenvolvimento para o Brasil foram delineados e realizados pela equipe econômica do então governo tucano de FHC

tendo como um dos principais ideólogos o ex-presidente do Banco Central do Brasil, Gustavo Franco. Esse modelo propunha a retomada do desenvolvimento com justiça social, possibilitado pelo círculo virtuoso do aumento da produtividade decorrente da abertura externa da economia se inserindo virtuosamente no chamado processo de globalização da economia mundial, aliado a um programa de privatizações que retirasse o Estado da atividade econômica e recuperasse a primazia do mercado no comando desse processo.

O sucesso do Plano Real possibilitou que a agenda de estabilização (equilíbrio fiscal e monetário) fosse modificada passando o governo FHC a trabalhar na construção de uma agenda de desenvolvimento. O novo modelo que se esboçava apresentava como mola mestra do processo de desenvolvimento da economia brasileira via crescimento da produtividade. O investimento privado se sentiria estimulado e confiante para ser realizado, baseado num quadro macroeconômico básico de estabilidade dos fundamentos da economia e não mais consequência de um "projeto nacional" em que o governo fosse o agente principal desse processo.

Para os economistas do governo FHC, o processo de abertura da economia na medida em que produziria uma aceleração na taxa de crescimento da produtividade, ensejaria um processo de crescimento com melhorias tanto na distribuição da renda quanto na competitividade da economia brasileira (Franco, 1999).

Esse projeto de nossas elites tucanas teve relativo sucesso na política de estabilização monetária do Real, mas tornou-se a fonte principal de impedimento do crescimento econômico e de uma ação consciente de desenvolvimento da economia brasileira, colocando o Brasil numa armadilha de curto prazo, circular e cumulativa que tem atualmente nas altas taxas de juros e metas inflacionárias o seu alicerce. Há mais de uma década acreditamos que a estabilidade da moeda e

o modelo liberal irão possibilitar o crescimento. **Sempre acreditamos que no futuro próximo ou em alguns meses o país vai crescer.**

Como ressaltou o economista Luís Nassif na sua coluna da Folha de São Paulo (2003): *"Especialmente a partir do plano Real, na era Fernando Henrique Cardoso-Pedro Malan, a economia brasileira tornou-se prisioneira do crescimento baixo. Em todo esse período, a teoria econômica dominante vendeu um peixe que jamais entregou. A idéia central era a da abertura cambial completa, sem nenhum empecilho ao livre trânsito de capitais. A abertura proporcionaria os seguintes movimentos:*

1. *Em um primeiro momento, entrariam capitais especulativos, como se fossem batedores testando o terreno das novas economias.*

2. *À medida que a segurança fosse sendo testada, entrariam os capitais de médio prazo.*

3. *Consolidados os dois primeiros movimentos, o risco país diminuiria, as taxas de juros cairiam e viria capital de investimento abundante, trazendo o "espetáculo do desenvolvimento".*

*Nada disso ocorreu no período. A economia se viu prisioneira de crises cambiais sucessivas, que a submeteram a processos de stop-and-go, abortando planos de investimento das empresas, reduzindo o mercado interno e adiando indefinidamente o tal "espetáculo do desenvolvimento".*

*Nove anos depois, mesmo com nenhuma das promessas cumpridas, o modelo continua hegemônico, sendo implementado mecanicamente, a economia permanece parada, exposta a crises cambiais periódicas provocadas por qualquer solavanco da economia internacional ou da política interna".*

Uma década depois de iniciado o desmonte do modelo desenvolvimentista com a implementação do programa de governo de FHC, o balanço é claramente desalentador. Do ponto de vista da economia real e que interessa à maioria da

população, o país apresentou um crescimento médio anual menor que a "década perdida"; sua taxa de desemprego dobrou ao longo desse período; a taxa de investimento não ultrapassou a casa dos 18%; enquanto, por outro lado, caía a participação dos salários na renda nacional e aumentava a concentração de renda e riqueza.

Acrescente-se a este quadro a perda de controle sobre os destinos da nossa economia, pois estamos sob a tutela do FMI (Fundo Monetário Internacional). Alias, somente o governo FHC realizou três acordos internacionais com o Fundo Monetário Internacional e o BIS (Banco de Compensações Internacionais) para o cumprimento de metas fiscais e monetárias definidas e controladas trimestralmente. O primeiro dos quais em 1999 e que permitiu ao governo de Fernando Henrique Cardoso enfrentar a crise terminal do Plano Real, protelando seus efeitos mais dramáticos (Fiori, 2001). **Esse é resultado da "eficiência" e o custo PSDB.**

Em discurso e na propaganda política nos meios de comunicação os tucanos procuram mostrar e enfatizar eficiência na herança deixada pelo governo FHC e pelo partido tucano. Para o site "Primeira Leitura"(2003): *"Pegue-se agora o caso do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da última década: o país melhorou, sim, e muito! E melhorou mesmo concentrando renda. Mais significativo ainda: melhorou mesmo tendo um crescimento medíocre ao longo da década. Ora, se a renda se concentrou, se o crescimento foi pífio e se a vida dos brasileiros teve expressiva melhora, o que isso significa? Significa que as políticas públicas, as políticas de Estado, chegaram à ponta, chegaram aos necessitados. Significa, sobretudo, que era falaciosa a pregação de que o país vivia um caos na área social. Significa, outrossim, que a ação na área foi tanto mais efetiva por que feita em condições absolutamente adversas"*.

*Mas há mais conclusões a extrair dos números tornados públicos. Todos sabemos*

*que o crescimento econômico acelera a chegada dos benefícios aos mais pobres (ainda que não existam políticas públicas de inclusão social). Esses benefícios são o emprego, o aumento da renda, o aumento do consumo, o acesso à rede de serviços públicos. Em tempos de escassez, de baixo crescimento, como este que vivemos, a melhoria dos índices de desenvolvimento só pode advir, como foi o caso, das chamadas políticas públicas. Desde que existam programas sociais para os pobres, como existem no Brasil, em tempos como este, a principal vítima da retração econômica é mesmo a classe média: esta, coitada! Nem recebe os benefícios do assistencialismo nem os frutos do crescimento: vê despencar a renda, o padrão de consumo, a perda do emprego. Sobra-lhe o desalento"*.

Em oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso o Brasil sofreu modificações importantes. Nesse contexto não podemos negar que o Brasil apresentou alguma melhora nos últimos anos. Em dez anos o Brasil melhorou seus níveis de escolaridade e reduziu o trabalho infantil. O brasileiro endinheirado e a classe média conseguiu comprar mais bens de consumo de luxo, tais como computadores, telefones, geladeiras e televisores, etc. Com exemplo, podem citar que no mês de novembro de 2003 o total de telefones celulares em uso no Brasil já havia ultrapassado 43 milhões.

Os índices de saúde e educação também melhoraram. Mas a melhora na saúde e na educação ocorreu em quase todo o mundo e o Brasil não foi exceção e nem sequer se destacou nessas áreas. Ainda mais, parte considerável da população ainda não tem acesso à rede de esgoto e nos últimos cinco anos a renda de quem trabalha caiu assombrosos 12,3%. Esse é o balanço que surge dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados da PNAD revelam que o Brasil tem um modelo de desenvolvimento que provoca problemas alarmantes. A nossa

elite faz questão de não perceber que é um modelo elitista que faz com que muitos dos brasileiros consigam ter telefone, geladeira e televisão e a grande maioria não tenha sequer acesso a uma rede de esgoto sanitário em suas casas. No ano de 2001 encontrávamos uma proporção de moradias com telefone correspondente a 61,6%, enquanto apenas 46,4% contavam com rede coletora de esgoto. O acesso a telefones fixo ou móvel triplicou se comparado a 1992, quando apenas 19% das casas possuíam uma linha. Esse resultado foi fruto do aumento da oferta do serviço de telefonia após a privatização do sistema de telecomunicações há cinco anos. Por outro lado, a abrangência da rede coletora de esgoto, ainda que tenha aumentado em dez anos (a taxa em 1992 era de 38,9%), manteve-se como o serviço com menor cobertura, ao lado de itens como abastecimento de água, luz elétrica e coleta de lixo.

Dessa forma, apesar de avanços do consumismo elitista, constatamos que a concentração da renda elevou e acentuou as desigualdades, o que põe o Brasil na sexta colocação entre os países de pior distribuição de renda do mundo. O índice de Gini, que mede a desigualdade de renda, no Brasil subiu de 0,63 para 0,65. Em 3.654 dos municípios a distribuição de renda piorou ao longo dos anos 90, ou seja, em 66,35% dos municípios brasileiros; em 370, permaneceu igual (6,72% dos municípios); e, em somente 1.483 municípios melhorou (26,93% de municípios). O Brasil encerrou o século 20 como o país com a sexta pior distribuição de renda do mundo, segundo as Nações Unidas, atrás apenas de Namíbia, Botsuana, Serra Leoa, República Centro-Africana e Suazilândia.

No momento em que o governo Lula tomou posse se deparou com esse modelo e com o CUSTO FHC/PSDB. Estava diante de um dilema sobre as ações e iniciativas a adotar: ruptura ou continuidade. Continuar a política do segundo mandato de FHC, sob os auspícios do FMI e Bird, ou romper com

essa trajetória e reorientar a política macroeconômica implementando um novo projeto com objetivos e propósitos alicerçados nas idéias progressistas históricas do partido dos trabalhadores. A alternativa escolhida foi claramente de continuidade e aprofundamento do modelo anteriormente adotado, não somente no campo da política de gerenciamento macroeconômico de curto prazo (devido ao Custo FHC), mas também na implementação e aprofundamento do desastroso modelo liberal dos anos 90, haja vista a prioridade dada e a forma como foram implementadas as reformas previdenciária e tributária pelo congresso.

Nesse momento, porém, o Partido dos Trabalhadores já era sabedor que a implantação desse modelo na América Latina provocou uma grave crise nesse continente decorrente, fundamentalmente, da utilização das políticas neoliberais. A América Latina tornou-se a região mais instável em termos econômicos, sociais e políticos do mundo, e atualmente paga o preço pela submissão por parte de suas elites da adesão ao receituário neoliberal (Sader, 2002).

Em diferentes países, uma crise, ou melhor, a mesma crise, sob formas específicas: Argentina, Haiti, Colômbia, Venezuela, Bolívia, Paraguai, Uruguai, Guatemala, Nicarágua, Peru e Brasil. Na Argentina, justamente por ter sido quem mais seguiu à risca o receituário neoliberal, a crise foi mais grave e o país foi a maior vítima do neoliberalismo na América Latina.

O balanço do neoliberalismo na América Latina, feito pela UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento) na sua reunião de São Paulo, entre os dias 13 e 20 de junho de 2004, apontou o México como melhor exemplo do fracasso neoliberal. Nos 10 anos de vigência do NAFTA (Tratado de Livre Comércio da América do Norte) o salário real da maioria dos trabalhadores diminuiu, aumentou a desigualdade e os trabalhadores do campo viram recair sobre suas costas o preço mais duro dos ajustes

fiscais (Sader,2004).

Nos principais países da América Latina a implementação das políticas neoliberais e de planos de estabilizações econômicas, inicialmente, possibilitaram a seus idealizadores um alto índice de popularidade e sua transformação em "heróis". Com a crise, esses liberais tiveram que fugir do país ou foram para na cadeia, a exemplos de Salinas e seu irmão no México, a Fujimori no Peru, Carlos Menem e Domingos Cavalos na Argentina. No Brasil os nossos "neoliberais" que realizaram essa **nociva política de lesa-pátria** estão, confortavelmente, quase todo os dias nos meios de comunicação, querendo aparentar uma "eficiência" que nunca existiu.

Quando o PSDB era governo, o PT fazia uma oposição cerrada contra essas propostas. Porém, hoje sua própria liderança reconhece ter sido agressiva e mesmo destrutiva. Para o PT, no governo FHC tudo era entreguismo, submissão aos banqueiros e ao capital especulativo, ou motivo para CPIs. Reforma, imagine, nem pensar, a Constituição Cidadã era uma conquista e, portanto intocável. (Franco, 2003).

Como o governo Lula implementa apenas o programa do PSDB, os componentes do partido tucano apresentam contra o seu governo os argumentos da justiça social e da eficiência. O discurso tucano da justiça social afirma que o governo de Fernando Henrique também pretendia uma maior e melhor justiça social e se mais não realizou foi por que o Partido dos Trabalhadores impediu. No que diz respeito à eficiência tucana esta aparece quando o atual governo repete a política econômica dos tucanos, ou seja, o próprio PT estaria reconhecendo a competência da política econômica posta em prática anteriormente pelo PSDB. Desse modo, teríamos hoje a frente do governo federal uma equipe de amadores, que somente estaria imitando os tucanos. Assim sendo, o PSDB seria igual aos petistas nos ideais de justiça social e superior na competência (Ribeiro, 2003)

Todavia, diferente do afirmado pelos tucanos, o legado do PSDB não revela competência e a sociedade brasileira não deve levar a sério e acreditar nessa história do "mito" da realização tucana. Como todo governo, alguns mais outros menos, existem determinados méritos na administração Fernando Henrique Cardoso. O Plano Real foi uma grande obra de engenharia econômica e pôs fim a inflação. Porém o PSDB trocou o grave problema inflacionário por uma crise externa e enorme crescimento da dívida interna que tem levado os liberais do Partido dos Trabalhadores a opta pela política que impede o desenvolvimento econômico do Brasil.

Concordo com Ribeiro (2003) que o maior mérito de Fernando Henrique Cardoso foi político. Nesse rumo: *"ele serenou as paixões em nossa cena pública e construiu as condições para que um partido de esquerda ganhasse as eleições e tomasse posse sem nenhum trauma. FHC criou o Ministério da Defesa e fez com que, pela primeira vez em cerca de oitenta anos, um civil chefiasse a pasta encarregada das Forças Armadas. Além disso, o ex-presidente reconheceu a responsabilidade do Estado brasileiro pelos crimes do regime militar e indenizou suas vítimas. Finalmente, em seu governo as duas principais figuras da direita oriundas dos tempos da ditadura, Paulo Maluf e Antonio Carlos Magalhães, foram reduzidos a um papel secundário perdendo a dimensão nacional que possuíam. Pode não ter sido um bom gestor da economia. Mas em matéria de política teve um bom desempenho"*.

Porém, ao entregar o governo os tucanos deixaram a economia brasileira em péssimas condições e até quase sem crédito externo para as importações. E o que falar das "privatizações" que levaram no setor elétrico a um colapso energético durante o reinado de FHC? Não esqueçamos de lembrar o câmbio supervalorizado e dos três acordos realizados com o FMI, o primeiro dos quais imposto pelos Estados

Unidos da América à comunidade financeira internacional. Os tucanos conseguiram, por incrível que pareça, quebrar o Brasil e sua economia em três ocasiões no espaço de quatro anos. Haja (in)competência. Em quinhentos anos de história não havíamos sido tão pródigos.

Apesar do resultado catastrófico do CUSTO PSDB deixado como herança, nossas novas elites políticas, ou seja, uma ala "burguesa" ou "Social-Democrata" do PT (Lula e "núcleo duro" do Palácio do Planalto - formado pelos ministros José Dirceu, Antônio Palocci (Fazenda), Luiz Gushiken (Comunicação) e Luiz Dulci (Secretaria Geral)), se mantiveram disposto a seguir em frente com esse caminho. O estado brasileiro na era LULA, diante da opção de acumulação e legitimação, preferiu claramente ambas. Só que em favor e no interesse dos mercados. Fundamentalmente os mercados financeiros globalizados.

Nessa linha o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pretendeu até descolar de si o rótulo de esquerdista. A esquerda que sempre o aplaudia e em que o presidente militava com desenvoltura em tempos outrora agora já não lhe é mais útil. Assim, segundo o site AOL (2003), em viagem a Venezuela o presidente teria dito *"Em toda minha vida, nunca gostei de ser rotulado de esquerda"*.

Dessa maneira não é surpreendente que hoje, para a maioria dos eleitores, o governo Lula é de direita. Uma pesquisa inédita do Datafolha, feita nos dias 31 de março e 1º de abril de 2003 constatou que para a maioria dos eleitores, o governo Lula é de direita. Dos entrevistados, 38% classificam a gestão de Lula como sendo de direita ou centro-direita. Esse é um número superior aos 33% que a consideram como de esquerda ou centro-esquerda e aos 12% que o têm como de centro. Não souberam responder 16%. Essa sofisticação do eleitor, na apreciação de Guilhon (2003), aparece na avaliação de Lula. *"O programa do atual governo não se destaca muito do programa*

*anterior, que era de centro-direita"*.

Por essa linha, conforme já salientado os resultados macroeconômicos foram euforicamente comemorados pela mídia conservadora nativa, como exemplos rede Globo e revista Veja, ao longo de todo o ano de 2003. Nada espetacular, mas tudo semelhante ao **melhores tempos e da era tucana**. Dessa forma não é sem razão que o PSDB afirma que PT não tinha como não tem um "modelo econômico alternativo", pois o que o PT está fazendo é apropriar-se competentemente de uma agenda de desenvolvimento que nunca foi sua, e o que é pior, o próprio PSDB deixou fora porque acreditou tratar-se de uma agenda neoliberal (Franco, 2003). Nem o próprio candidato à presidência da república do PSDB, nas últimas eleições José Serra, defendia a continuidade desse modelo.

A necessidade de utilização de uma política de auto-afirmação do PT perante os mercados vem revelar a existência do CUSTO PT. Nesse contexto, o espetáculo do crescimento foi pago com um crescimento ridículo de - 0,2% do PIB em 2003. Confirma-se a afirmação de Rosenfield (2003) segundo a qual: "O Fome Zero só alimenta a propaganda oficial e as viagens do presidente no exterior, pois aqui, a barriga dos miseráveis, continua roncando. Diferente do discurso e da propaganda política do Partido dos Trabalhadores os únicos que conseguem emprego são os militantes do PT, com especial atenção para o marido da prefeita de São Paulo, pois, os outros, os demais cidadãos, estes fazem filas intermináveis sem resultado. As universidades públicas federais estão quase apagando, pois não conseguem nem saldar a conta de energia elétrica, tal é a sua penúria, num lugar que deveria ser o das luzes".

No que diz respeito ao orçamento no governo Lula, no décimo mês do ano, o Governo Federal não havia gastado nem metade do previsto no Orçamento de 2003, tão criticado por ser herança tucana. O desaquecimento da economia e o superávit



primário de R\$ 38,3 bilhões (reservado para o pagamento dos juros da dívida pública) provocaram o menor nível de investimento dos últimos nove anos (Velloso, 2003).

A Penúria constrangeu até a imagem do Itamaraty. O Itamaraty pediu R\$ 800 milhões para botar a casa em ordem, mas o Palácio do Planalto só concedeu R\$ 196 milhões de verbas suplementares para pagar dívidas que deixam o Brasil numa situação constrangedora mundo afora com os organismos internacionais. Só com organismos como a ONU (Organização das Nações Unidas), a dívida bateu no equivalente a R\$ 560 milhões. Para a própria ONU, o Brasil devia algo em torno de R\$ 300 milhões, mas já decidiu pagar apenas o suficiente para não passar o vexame de perder o direito a voto. Para a AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica), o país precisa pagar um mínimo de R\$ 7,5 milhões. E, para a OIT (Organização Internacional do Trabalho), mais R\$ 10,5 milhões (Cantanhêde, 2003).

No entanto, em 2003, no governo de Lula o dólar não cessou de diminuir e o risco Brasil de cair. A burguesia ficou contente e a mudança do PT deixou o capital internacional tranqüilo. Diante dessa trágica realidade o que surpreendeu, no entanto, foi a existência de uma grande obra de venda da imagem do presidente que continuou elevada, enquanto o país rastejou no chão. A equipe de marketing do governo do PT se mostrou de enorme eficiência, apresentando uma "mudança" que ninguém constatou. Gastou-se mais em propaganda publicitária sobre o social do que em gastos efetivamente sociais. Enquanto isso o programa Fome Zero não deslança (Ribeiro, 2003).

Acrescente-se o fato de atualmente o marketing petista está tentando ludibriar a nação comparando dados do último ano de governo FHC com os do primeiro ano e quatro meses do governo LULA. Trata-se de uma propaganda que vem revelar que o governo do PT usa a mesma ética e os mesmos artifícios dos partidos e governos anteriores divulgando dados de estatísticas

para procurar encobrir o fracasso e a realidade.

Na verdade se pode constatar a propaganda enganosa do PT lendo com atenção jornais de circulação nacional. No dia 1º de março de 2004, o jornal Folha de São Paulo publicou dados contendo números levantados pelo Instituto Estudos Socioeconômicos (INESC) junto ao SIAFI. Em 2002, último ano do governo de FHC, a União investiu R\$ 11,6 bilhões, ou seja, 1,5% do orçamento. Por outro lado, no ano de 2003, no governo neoliberal do Presidente LULA, a União investiu apenas R\$ 1,8 bilhão até meados de dezembro, ou seja, 0,24% do orçamento (Benjamin, 2004).

Apesar de toda a atenção dada ao mercado pelo governo do PT, ainda hoje o alto endividamento brasileiro continua sendo um dos itens principais da vulnerabilidade do país segundo o "mercado" e levará bastante tempo para ser resolvido. Ainda há problemas para a recuperação da economia brasileira, apesar da melhora dos indicadores e dos mercados no último ano. Para os mercados, o Brasil ainda tem níveis de dívida muito altos. A dívida interna está pouco acima de 65% do PIB, e a externa, em torno de 50%. São problemas que não podem ser resolvidos da noite para o dia e, ao contrário da atual política, se faz necessário um crescimento sustentado para reduzir essas proporções em relação ao PIB, a menos que o país adote medidas mais radicais.

Para os mercados, embora a performance do Brasil desde as eleições mereça elogios, ainda há um longo caminho pela frente. As reformas são essências para não perder a confiança desses "mercados". A disciplina fiscal é essencial para manter a confiança, especialmente a aderência ao superávit primário de 4,25% no curto e em médio prazo. Como se constata, o mercado financeiro está sempre exigindo "mais e mais" reformas e privilégios, determinando e disciplinando toda a política econômica e o nível da atividade da economia brasileira a seus ditames e em seu proveito.

Assim, passado o primeiro ano da posse de Luiz Inácio Lula da Silva, nenhuma das promessas de campanha se realizaram e nem o governo LULA sinalizou qualquer ato nesse sentido. Dessa maneira, o atual governo deve explicações à nação. Se não era para mudar afinal por quê e para quê os brasileiros votaram em Lula e no PT? Afinal onde foi parar a agenda progressista desse partido?

Seria até coerente se esperar que de início o governo de Luis Inácio Lula da Silva apresentasse ao mercado uma política econômica responsável. Teria e deveria combater a inflação que renascia. Teria de provar que sabia governar e que não era incompetente. Para isso, deveria garantir a estabilidade da moeda, com uma política econômica ortodoxa. Tudo isso no curtíssimo prazo.

Depois de aprovado na gestão da política econômica, provando que não era incompetente e que não jogaria dinheiro público fora com políticas populistas, o governo Lula deveria ter iniciado, mesmo que de forma cautelosa, para não assustar os setores conservadores, a promoção de uma política que ajudasse a redistribuir rendas, mexer na estrutura social, na economia e principalmente acabar com o modelo implementado nos últimos oito anos pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Nessa estratégia, já deveriam aparecer os primeiros sinais do compromisso da agenda progressista do PT e o seu compromisso com o futuro – por fim ao modelo liberal anteriormente implementado e resgatar a enorme dívida social.

Acontece que o governo petista continuou implementando a política econômica liberal dos Tucanos, tão atacada pelo PT. Não somente as políticas macroeconômicas de combate à inflação de curto prazo, mas principalmente, a implementação das medidas defendidas por FHC nos seus dois mandatos. Nesse sentido, as ações do governo Lula não objetivaram minimamente cumprir uma pauta progressista.

Um exemplo dessa atitude foi, esquecendo o seu passado, já em abril de 2003, às vésperas do Grande Prêmio de Fórmula 1, o governo federal flexibilizou a lei que restringia a propaganda de cigarro nos carros. A medida caiu como uma luva para a prefeitura de São Paulo comandada por Marta Suplicy do PT. A cidade seria “talvez” excluída do circuito da Formula 1 se os carros fossem proibidos de exibir o logotipo dos patrocinadores fabricantes de cigarro. Atitude semelhante não se verifica nos países da Europa que proíbem a propaganda de cigarro.

Na mesma toada, o governo do presidente Lula até legalizou a venda da safra de soja transgênica. A única justificativa apresentada para esse ato foi o reconhecimento de uma situação de fato, tolerada pelo governo anterior e, desta vez, era autorizando o plantio pelo próprio governo, ***fazendo supor que o governo do PT não vai afrontar o poder ilegal e inconstitucional de quem tem dinheiro.***

A utilização das políticas macroeconômicas da ortodoxia foi tão bem implementada pelo governo LULA que deixou a direita sem um discurso crítico alternativo. Hoje os liberais e os de centro-direita combatem às ações do PT usando argumentos anteriormente exclusivo da esquerda petista. Exemplos: o posicionamento contra a tributação aos aposentados e o pedido de correção da tabela do imposto de renda pessoa física na fonte e até na política de reajuste do salário mínimo.

Presenciamos na vigência do atual governo, até a ocupação da polícia no congresso, a chamado da presidência liderada, naquele momento, pelo PT (presidente da Câmara, João Paulo Cunha - PT-SP) durante manifestação de servidores contra a votação do relatório da reforma previdenciária. O Congresso reforçou sua segurança e solicitou apoio da PM, que destacou efetivo de 100 homens, além de outros 40 da tropa de choque. Cerca de 300 manifestantes protestaram na porta da

Câmara. Houve tumulto e um servidor acabou preso, depois liberado. Um episódio lamentável.

Poderíamos, de alguma forma, entender que o Governo tomasse algumas ou várias das medidas que implementou, mas não eram essas as agendas históricas e progressistas dos petistas: a reforma previdenciária, o minúsculo aumento salarial dado aos servidores federais em 2003, reforma tributária que não penaliza os mais abastados e desonera o setor produtivo, a reforma agrária somente para inglês vê, e as mesmas desculpas e justificativas no reajuste do salário mínimo, etc.

O governo de Lula até agora não implementou medidas que resolva a grande tarefa nacional que é por fim no modelo liberal herdado do governo tucano de FHC e a construção de um grande acordo que acabe com a miséria e à injustiça social. *"Porque uma coisa são as desigualdades sociais, outra a miséria e injustiça. Há desigualdade em quase todas as sociedades. Não é esse o problema, pelo menos hoje. A questão no Brasil é a excessiva desigualdade. Essa deve ser superada. Para isso, Lula foi eleito. Por isso (porque não a enfrentaram), os tucanos perderam o poder"* (Ribeiro, 2003).

Toda tarefa do governo do PT serviu para a continuidade do modelo elitista anterior e não para uma mudança. Ocorreu um total esquecimento das promessas de campanha pelo **atual governo que somente implementou uma política neoliberal tão criticada anteriormente pelo próprio presidente Lula. Nada sinalizou o aparecimento das promessas progressistas históricas desse partido.**

Por esse fato, não é de se espantar os ataques ao PT. Esse é o preço a pagar pela incoerência do primeiro ano de governo do presidente Lula. Engrossam o coro dos insatisfeitos políticos de fora e os de dentro do Partido dos Trabalhadores, críticos em geral e simpatizantes da causa trabalhadora, sem falar dos inimigos de sempre e de velhos companheiros de Lula.

Nesse primeiro ano presenciamos crise na Saúde, crise em parte da bancada Petista, a classificada de "radical" e que levou a expulsão de quatro parlamentares do partido, esquecimento da questão agrária, política de loteamento dos cargos públicos, crise com o ministro do STF que apontou czares no Planalto, a batalha contra a CPI do caso Valdomiro Diniz, etc. As críticas que o governo Lula enfrenta é o preço que o PT paga por ser incoerente. Entende-se por incoerência o fato de um partido com bandeiras progressistas aplicar agora a cartilha que tanto condenava quando fazia oposição ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Parece se confirmar à afirmativa do filósofo Denis Rosenfield (2003), professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, segundo a qual: *"o PT não sabia o que era ser governo. Agora que ele viu o tamanho do desafio, está na hora de assumir que mudou de cara"*. Segundo o especialista, quanto mais o governo Lula tenta disfarçar o que ele chama de sua "face social-democrata", mais o partido vira refém de suas antigas bandeiras ideológicas. Foi o que aconteceu quando o Planalto incluiu a cobrança dos inativos na reforma da Previdência, abrindo uma das primeiras crises da gestão petista.

O PT não se mostrou diferente dos partidos que anteriormente governaram o Brasil. O que se viu foi uma série de denúncias de fisiologismo no governo LULA. A indicação para os quadros da Superintendência da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) foi o mais emblemático exemplo dessa prática. Antônio Carlos Andrade, marido da deputada Maninha (PPT-DF), foi demitido da Funasa como retaliação ao gesto da parlamentar de se abster da votação da reforma da Previdência em primeiro turno na Câmara. Mesmo o ministro da Saúde, Humberto Costa, reconheceu que o afastamento teve motivação política. Aliás, a área da Saúde alimentou diversas vezes esse noticiário, sobretudo após os pedidos de demissão da diretoria do Instituto Nacional do Câncer

(INCA) e dos farmacologistas da Câmara Técnica de Medicamentos da ANVISA, por discordarem das medias dos indicados do PT para comandar esses departamentos.

Outro ponto a ressaltar diz respeito à entrevista do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso publicada no jornal espanhol "El País". Nesse jornal, o ex-presidente criticou a "falta de imaginação" do governo Lula. FHC afirmou ainda que o combate à fome, a principal bandeira do atual presidente, não conseguiu sair do papel. Demonstrando arrogância como anteriormente faziam os tucanos, o PT não aceitou a crítica. Uma resposta deselegante e arrogante do governo petista foi dada pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu nos seguintes termos: *"Ex-presidente da República tem de cuidar da biblioteca, de quando foi presidente, da memória da sua Presidência, dos netos. E também pode fazer política, mas sem ressentimento"*. Tempos depois, refletiu e pediu desculpas por tamanha grosseria.

Além desse fato, diversas declarações do presidente Luis Inácio Lula da Silva revelou uma característica comum aos nossos últimos presidentes. De Fernando Collor, passando por Fernando Henrique Cardoso e seu neobobismo, retrógrado, dinossauros etc. e até chegar a Luis Inácio Lula da Silva, os governantes brasileiros no poder não admitem contestação e críticas da oposição, como também primam por declarações destemperadas e às vezes absurdas (os antecessores foram "frouxos"; "somente Deus impediria as reformas no Congresso"; são somente dois exemplos). Continuamos em uma época onde os governantes não admitem erros e contestação.

Mas, nem tudo é negativo. Merece elogio e destaque de maior relevância uma "certa" atitudes do governo do PT de independência e soberania manifestas pelo Itamaraty, pelo governo brasileiro, na política externa. A reunião de Cancun foi emblemática. É um elemento que deve ser louvado no governo Lula. Parece não existir diante dos Estados Unidos e dos

Organismos Internacionais (OMC) uma atitude passiva e permissiva em relação às questões externas da geopolítica mundial.

Neste contexto do governo petista podemos dizer como afirma Santayana (2003) que *"o governo de Lula talvez tenha errado muito, mas não errou quase nada, se comparado ao de seu antecessor. Talvez esteja certo Fernando Henrique, ao afirmar que falta imaginação ao atual governo"*. Nenhum governo está imune às críticas. E não será o do partido dos trabalhadores, que ao realizar uma coalizão com vários partidos e, portanto, carregar muito mais do que um projeto unipartidário que ficará imune. Ao abrir mão do essencial do projeto progressista do PT para costurar essa aliança, que não corresponde de jeito nenhum ao que o eleitorado espera do governo LULA fica cada vez mais sujeito às críticas.

Os resultados desapontadores no primeiro ano do governo LULA decorreram não somente do CUSTO PSDB, mas também do CUSTO PT. O governo de Luis Inácio Lula da Silva ao absorver e incorporar a visão de curtíssimo prazo do governo antecessor, mobilizou toda a sua capacidade na implementação da política de equilíbrio cambial, fiscal e monetária em detrimento da construção de uma alternativa de desenvolvimento. O sucesso dessa alternativa diante do mercado, ou seja, o CUSTO do PT provar sua eficiência ao mercado, convenceu o "núcleo social-democrata burguês" que comanda o partido que esta é a alternativa adequada.

O comportamento do governo LULA neste período de transição tem levado a que economistas independentes do governo a apontem os equívocos dessa opção que tem como conseqüência o agravamento do desemprego, provocam mais recessão e exclusão social. Alguns economistas, como o professor Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, parecem achar que o Brasil que desejamos está cada vez mais distante. Nessa linha Gonçalves (2003) afirma: *"a transição que pode estar ocorrendo é do pior governo da história, FHC, pra um outro*

*pior ainda, o atual”.*

Apesar da análise por nós apresentada, defendo que não devemos ser pessimistas. As derrotas sofridas pelos setores progressistas nessa transição, não devem ser motivos para desistirmos da luta pela construção de uma sociedade mais justa e soberana. A simples vitória do Partido dos Trabalhadores, historicamente progressista, num país como o Brasil dominado por uma elite conservadora e retrógrada já é motivo de comemoração. As camadas progressistas da sociedade brasileira devem continuar mobilizadas e lutando pelo fim do modelo anteriormente aplicado que tão mal fez ao país e a nação. Não devemos, afirmar como John Lennon que o *“sonho acabou”*. Também não é certo fazer como o deputado federal Gabeira ao dizer que *“sonhamos o sonho errado”*.

A esperança e o sonho de transformação da sociedade brasileira, o fim do modelo social-democrata-liberal tucano e a opção por uma política de desenvolvimento nacional com inclusão social para construção de uma sociedade mais humana e mais justa é um sonho para ser vivido. Não é um sonho inatingível. Portanto, esse sonho não pode ser abandonado ao primeiro revés. A luta continua. Essa luta contra as desigualdades no Brasil tem historicamente sido sufocada por movimentos de uma elite extremamente conservadora, retrograda, reacionária. O reacionarismo das nossas elites é de todo tipo, econômicas, intelectuais e políticas (Fiori, 2003). Neste contexto, o sonho e a luta devem ser prioridade.

Não deve existir desalento. Paraphraseando Aguiar (2003): *“No Brasil, as elites conservadoras apresentam um comportamento secular de subserviência política e de imitação cultural. Tudo o que põe em risco essa cultura da dependência é imediatamente denunciado como um risco à nossa condição civilizada, como concessão ao atraso, como desafio insuportável à ordem estabelecida, ou como loucura completa. Subserviência ao ditame*

*externo e arrogância em relação ao cenário interno: essas mesmas classes dirigentes que exigem obediência cega aos ditames do capital internacional e do império dos mercados também exigem a subserviência das demais classes e dos demais setores da sociedade à permanente agenda da manutenção de seus interesses e privilégios”.*

Não podemos e não devemos esperar das elites ou que governos neoliberais do PSDB ou do PT realizem reformas estruturais de cima para baixo que modifiquem essa situação. A sociedade brasileira deve se mobilizar numa luta constante pressionando e forçando mudanças, agora e sempre. As conquistas sociais históricas dos trabalhadores tipo Welfare State no mundo desenvolvido não foram concessão, mas conquistas. No Brasil ocorre o afirmado por Fraga (2003): *“A classe endinheirada nunca teve por que mudar isso. A classe pobre nunca teve como mudar isso. E a classe média —que em tese teve por que e teve como— raramente teve estômago”.*

É bom não esquecer que os últimos vinte e três anos, de políticas econômicas medíocres, levaram a nossa sociedade para um ambiente e um clima de guerra civil não declarada. Transformaram o antigo homem cordial num homem vulgar. Onde, na era da *“modernidade”* a cordialidade brasileira tornou-se obscena e hoje serve para ocultar a brutalidade das relações sociais do país. Nas elites brasileiras, a cordialidade deu margem à ostentação do consumo e a vulgaridade. Para o povo miserável, essa cordialidade se transformou em violência, em guerra civil não declarada (Calligaris, 1999).

Essa guerra não declarada se reflete nas galopantes estatísticas da criminalidade que predomina em todo o país. Em 1979 ocorreram 11.194 homicídios. Estes números vêm num crescente e no ano de 1998 foram constatados 41.802 homicídios. A longa estagnação por que passa a economia brasileira provocou esse crescente mal-estar na sociedade, que se reflete na falta de

perspectiva de progresso pessoal e ascensão social, principalmente, para os jovens brasileiros (Costa, 2003).

O ano de 2002 não foi diferente e registrou um aumento generalizado do número de mortes violentas tanto em áreas urbanas como no campo. Segundo o próprio IBGE (2003), este aumento das mortes está relacionado à criminalidade associada à estagnação econômica e ao desemprego nos grandes centros urbanos, e aos conflitos por terra nas áreas rurais. As mortes causadas por violência incidem muito mais na parcela masculina da população (para cada mulher morta por violência, são mortos três homens pela mesma causa), e entre os homens, os jovens são ainda mais atingidos (70,67% das mortes registradas). Essa foi a maior taxa desde 1990.

Esse quadro dramático de esfacelamento da sociedade brasileira continuado pelo governo do PT representa o "verdadeiro escândalo" no governo Lula no dizer do economista César Benjamin. Essa política econômica sob os auspícios do FMI de superávit primário provoca desemprego, pobreza, desestruturação familiar, mutilação e morte para os trabalhadores brasileiros.

Diante deste quadro, as elites conservadoras e retrógradas por não quererem perceber a raiz do problema, clamam por leis e penas maiores, uma justiça mais rígida e uma polícia atuante. Reclamam do Estado e contra a ineficiência das nossas polícias. Assim, não é à toa que os programas de maior audiência hoje em dia, nos meios de comunicação, são os medfocres ou que prioriza o enfoque dessa guerra civil instalada em toda a sociedade. Existia até um quadro em um telejornal do SBT (Sistema Brasileiro de Televisão) que enfocava e pregava "tolerância zero", apresentando uma realidade e uma sociedade diferente da nossa econômica, social e culturalmente.

Também no governo LULA da atualidade, o Brasil é um país que têm "receio de fazer história". Enquanto isso as

elites mantêm seus privilégios. Essas elites possuem uma mistura de medo e ódio pelos que defendem proposta de uma cultura alternativa, baseada na soberania política e no sentido da própria autonomia. É que a construção de uma idéia da própria soberania nacional, aliada à solidariedade internacional que aponte para um projeto de emancipação colonial, exige a contrapartida indispensável da construção de uma soberania popular nacional. E isso, as nossas elites conservadoras não querem de jeito nenhum. Repartir o poder, mesmo num sistema controlado, parece mais insuportável do que aceitá-lo como dádiva consentida alhures (Aguilar, 2003).

Como uma nova concepção de desenvolvimento para o Brasil deve exigir muitos sacrifícios dos setores que sempre se beneficiaram do desenvolvimento brasileiro e hoje estão bem aquinhoados, somente se os Movimentos Sociais e um Governo verdadeiramente progressista unirem suas forças poderá mobilizar o Estado e a Sociedade Civil em favor do projeto nacional popular e assim canalizar os recursos econômicos para atender o anseio de cidadania da população brasileira. Caso, porém, suas forças se dividam e dispersem, o Brasil continuará refém do livre mercado e suas imposições danosas aos mais pobres (Fraga, 2003).

Somente a ruptura com a política econômica imposta pelo neoliberalismo, gerenciada pelo FMI, tais como: "superávit primário", os altos juros e a recessão econômica poderá viabilizar as mudanças necessárias para um projeto de desenvolvimento nacional. Ruptura indispensável para a realização das mudanças que o povo vem exigindo. Nessa linha, provocar o debate entre a população e chamar a atenção para a urgência de ampla mobilização popular, organizada e consciente se faz necessário, sem a qual não haverá as mudanças substanciais na estrutura econômica e social deste país.

Professor adjunto da UFPI, Mestre em Economia/Caen e Doutorando/IE/ UNICAMP.